



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2011 -----

-----ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL E ONZE -----

----- Aos vinte dias do mês de Abril do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e Vereadores Doutor Carlos Alberto Monteiro Rodrigues de Oliveira, Ricardo Lino Rodrigues, Anabela Damásio Caetano Pedroso, Professora Doutora Luísa Maria Gentil Ferreira Carrilho, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, Engenheiro António Ricardo Henriques da Costa Barros e Francisco Carreiro Nunes em substituição do Senhor Engenheiro Amílcar José da Silva Campos. -----

----- Faltaram os Senhores Vereadores Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Ricardo Júlio de Jesus Pinho, tendo a Câmara considerado justificadas as respectivas faltas. -----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- Às dez horas e cinquenta minutos, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. - -----

**2 - PROPOSTA N.º. 299/11 – SMAS - RELATÓRIO E CONTAS 2010:**-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “No âmbito das actividades desenvolvidas pelos SMAS, durante o ano transacto, foi elaborado o respectivo Relatório e Contas dois mil e dez. -----

----- O Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora, reunido em reunião ordinária de trinta de Março de dois mil e onze, aprovou, por unanimidade, os respectivos documentos. -----

----- Nessa medida, para os efeitos tidos por convenientes, submete-se à apreciação da

Câmara Municipal o mencionado Relatório, devendo o mesmo ser remetido posteriormente à Assembleia Municipal de Oeiras.” -----

-----II - O **doutor Nuno Campilho** referiu que o que saltava à vista era uma redução significativa do resultado líquido do exercício do ano anterior que se podia justificar por uma série de argumentos e razões, das quais destacou aquela que era mais significativa para os SMAS e que revelava uma boa gestão em relação ao ano de dois mil e dez e que tinha a ver com a taxa de execução orçamental. -----

-----A taxa de execução orçamental decorreu do cumprimento de uma série de investimentos assegurados pelos SMAS em anos anteriores e que tinham sido acompanhados pela Câmara Municipal. -----

-----As diferentes forças políticas representadas sugeriram aumento de investimento aos SMAS, acompanhamento das taxas de execução e maior atenção nos procedimentos concursais, nomeadamente, através de concursos públicos, que levou a que dois mil e dez tenha sido um ano de grande execução. -----

-----A consolidação dos procedimentos concursais foi importante porque já estavam perfeitamente enraizados. -----

-----Por razões ligadas à crise económica havia uma diminuição nas tarifas de ligações, quer em novas urbanizações, quer nas outras, assim como se notava também relaxes em diversos pagamentos. -----

-----Os SMAS apostaram na aquisição de terrenos para a continuação da construção de equipamentos considerados úteis e fundamentais para a realização da sua actividade, nomeadamente, instalação de condutas e estações elevatórias, para além do novo edifício que será construído em Leceia e tantas outras actividades que se irão empreender nos anos dois mil e onze/dois mil e doze. -----

-----Nas perdas de água notou-se uma inflação nos números, dado o novo esquema de



Câmara Municipal  
de Oeiras

facturação da EPAL, porque facturavam o mês de Agosto por estimativa e faziam o acerto no mês seguinte. No ano que passou o acerto não foi efectuado e apareceu uma “decalage” de cerca de um e meio a mais no “superavit” das perdas, que na perspectiva do que já foi feito tecnicamente, era meramente administrativa.-----

----- A percentagem apresentada no passado não corresponderá exactamente à realidade, já que desde há dois anos se vive uma migração do sistema comercial para o sistema actual, que durante um determinado período promoveu uma estimativa em relação à percentagem de perdas de água não facturada e levou a que os números não correspondessem à realidade, acrescentando que estava a ser feito o acerto e logo que seja possível apresentarão uma informação relativa ao valor real.- -----

----- Era importante referenciar uma série de situações relacionadas com as despesas correntes dos SMAS, no que diz respeito à consolidação da relação com a SIMTEJO depois de terem sido inauguradas as obras de recolhas de efluentes na ETAR de Alcântara, que apanhava, parcialmente a zona de Algés e da Amadora.-----

----- Essa situação arrastou-se ao longo dos anos, mas no ano passado foi finalmente fechada e já se estava a efectuar aos clientes a cobrança desse valor, a qual corresponde à tarifa do utilizador nessa perspectiva, consideravelmente superior à cobrada pela SANEST.-----

----- Mais uma vez numa perspectiva social os SMAS foram dando uma carência durante meses, mas, neste momento, estava perfeitamente consolidada com reflexos no exercício.-----

----- O **Senhor Vereador Carlos Oliveira** agradeceu a apresentação feita, acrescentando que ficou surpreendido com o resultado, ao contrário do que pensa o PCP que considera que os SMAS não deviam ter lucros.-----

----- Sentir-se confortável a ver os Serviços Municipalizados a ter muitos mais lucros, porque pelo menos seriam vertidos para as Câmaras Municipais que os saberiam utilizar, já que tinham défice de receita.-----

-----De grosso modo preocupa-o as perdas de água terem passados dos dezanove por cento para vinte e um vírgula sete por cento, mas como se desconhece a realidade não fará qualquer comentário. -----

-----Registou o grau de execução da despesa, mas também verificou uma diminuição no grau da execução da receita, já que passou de setenta e oito por cento para setenta por cento. -----

-----Também o preocupava a avaliação “online” da empresa, já que calculava que a monitorização fosse feita a nível mensal, sabendo que ao nível das receitas e dos custos havia aumentos significativos, lamentando que não tenha conseguido resguardar-se de alguns custos ao nível da comunicação, na medida em que a bancada do PS já criticou no passado, mas mantiveram-se iguais, para além de alguns contratos, nomeadamente com a Habitágua, que aumentaram significativamente. -----

-----Também teve conhecimento dos custos com a SIMTEJO relativamente à Ribeira de Algés, os quais foram bastante mais elevados, apesar desses terem que ser relevados pela positiva, já que vão criar novas condições à água que corre na ribeira. -----

-----Lembrou que o PS reagiu pela positiva em relação aos investimentos, por considerar que era um dos factores positivos, que no ano passado passou para oito milhões, apesar de não virem reflectidos nas contas por serem valores amortizáveis. -----

-----Também gostaria de saber que número de anos de amortizações se estão a ter em alguns dos investimentos, tendo tido conhecimento que no passado se fizeram alguns a cinquenta, sessenta e oitenta anos, que na sua opinião não se justificam. -----

-----A nível dos investimentos pensa que a política tem sido correcta, porque é a maneira eficaz das populações serem bem servidas, o que não acontece em Concelhos limítrofes que neste momento não têm capacidade para o fazer. -----

-----No entanto, o PS continua insatisfeito com os custos de comunicação e com a atribuição de subsídios que no seu entendimento não deviam ser feitos através dos SMAS, no



Câmara Municipal  
de Oeiras

entanto, mantiveram-nos quando sabiam que havia outros custos inesperados e menos receitas. --

----- Por último inquiriu a razão dos SMAS terem mudado de ROC e de TOC. -----

----- O **doutor Nuno Campilho** explicou que o contrato com a empresa terminou e por isso foi aberto um concurso público, que resultou na contratação da nova empresa, questionando o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** se esse foi motivo para não terem visto as contas, respondendo o **doutor Nuno Campilho** que no primeiro ponto da certificação foi referido que não entraram a tempo de verificar essa situação, embora ela se confirme pelos saldos revistos por eles, concluindo o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** que lhe agradou ter havido concurso público. --- -----

----- O **Senhor Vereador Carreiro Nunes** deu os parabéns por ter considerado o documento muito bem elaborado. -----

----- De seguida, disse ter verificado uma redução no consumo de água, o aumento das perdas de água e o resultado líquido de exercício passou para menos de metade do alcançado no ano anterior, de modo que gostaria de saber a razão para tal ter acontecido, já que na sua opinião a água não dava prejuízo. -----

----- O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** felicitou a Administração dos SMAS pela elaboração do documento, acrescentando que preocupa à bancada do PSD as perdas de água, assunto que terá que ser resolvido. -----

----- Lembrou de seguida que os SMAS não aumentam as tarifas há dois anos, o que também poderá justificar a redução de lucro, salientando o elevado acréscimo de investimentos, que permitia uma melhoria no abastecimento às populações. -----

----- Felicitou os SMAS por terem sido distinguidos como sendo uma das cento e vinte e cinco melhores empresas de Portugal para trabalhar e a primeira no sector público, para além do prémio de excelência de recursos humanos, o mais prestigiado prémio nessa área atribuído Recursos Humanos Editora, concluindo que tendo sido considerada a melhor empresa, isso

prestigiava a Câmara Municipal e o Município.-----

-----O **Senhor Presidente** disse que havia dois aspectos a salientar no documento, ou seja, um maior investimento e a diminuição da receita na parte da tarifa de ligação de esgotos. ---

-----Em termos de investimento o ano de dois mil e onze também será um ano bom, possivelmente melhor que dois mil e dez, porque entre dois mil e cinco e dois mil e nove houve alterações significativas na metodologia dos procedimentos que passaram a ser maioritariamente concursos públicos e entrando as obras desses concursos em fase de cruzeiro, haverá um aumento.---

-----A receita de ligação de esgotos teve uma redução de dois milhões de euros, quando se falava numa receita de doze milhões de euros. -----

-----Essa diminuição tinha a ver com a situação económica do País, porque o Município em relação ao IMT teve um decréscimo de onze milhões de euros e como estava tudo ligado, reflectia-se também nos SMAS, acrescentando que isso mostra como não era fácil a gestão do Município que requer uma atenção redobrada e permanente porque as surpresas aparecem todos os dias.-----

-----Referiu que sempre foi contra a Lei das Finanças Locais, porque foi feita tendo em atenção os problemas dos médios e pequenos Municípios, ou aqueles que não sendo pobres, por qualquer motivo não tinham receita, como era o caso de Sintra que era um Município rico, mas pobre em questão de receita própria.-----

-----Acrescentou que os efeitos perversos da Lei das Finanças Locais faziam-se sentir nesta altura, ou seja, Municípios como Oeiras, Cascais e Lisboa, que tinham uma autonomia financeira razoável no contexto nacional, retiraram-lhes fundos provenientes do Fundo Geral Municipal, porque tinham fundos provenientes da Derrama, do IMT, etc., sabendo-se que quer a Derrama, quer o IMT e até o IRS, de um ano para o outro podia reduzir a metade, não havendo um equilíbrio de compensação.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Continuando lembrou que o Senhor Vereador Carlos Oliveira fez referência ao investimento na área da comunicação, o que não deixava de ser interessante, porque por vezes era “preso por ter cão e preso por não ter”, ou seja, incomoda porque as pessoas consomem água de mais, outras vezes porque havia roturas na rua e não eram sinalizadas, etc., acrescentando que nessa altura perguntavam porque é que não se faziam campanhas de sensibilização e não se alertavam as pessoas, concluindo que a comunicação era isso. -----

----- Para si, os aspectos mais relevantes era o aumento de investimento por um lado e a diminuição da receita por outro, mas a diminuição da receita estava bem identificada e o grosso da coluna era proveniente da diminuição da actividade económica e de parte da tarifa de ligação de esgotos. -----

----- Quanto à água não dar prejuízo, não correspondia à verdade, os lucros da actividade dos Serviços Municipalizados, ou os resultados que tinham permitido fazer uma distribuição por Oeiras e Amadora, advinham de outras actividades que não da água, aliás, os últimos dois anos, ao contrário dos Municípios à volta, Oeiras não aumentou o preço da água, mas a verdade é que vai ter que sofrer um aumento, porque poder-se-ia compensar o não aumento da água pela receita proveniente de outras actividades, designadamente da tarifa de ligação, mas como esta está a diminuir, será complicado.-----

----- Prosseguindo, disse que a tarifa de ligação, tal como as licenças de construção, as licenças de urbanização, tinham que ver com a forma como se olhava para a actividade económica e para a construção civil, porque quanto mais se aumentarem as taxas, mais se estava a agravar o custo final da construção, acabando por se reflectir na intensidade da construção no Concelho, acrescentando que talvez por isso, em Oeiras se esteja a praticar preços mais elevados na construção a nível nacional, ultrapassando certas zonas de Lisboa.-----

----- A procura de habitação na Cruz Quebrada/Dafundo é tal que os preços subiram exponencialmente, sendo mais caro comprar um apartamento naquela zona do que no Alto do

Lagoal, talvez por estar em cima da zona ribeirinha, concluindo que os valores que a renda fundiária atingiu no Concelho, tinha muito que ver com a política de fixação de taxas que agravavam os custos, o que em situações como a que se estava a viver de crise, tinha reflexos ---

-----Por fim, referiu que os Serviços Municipalizados na sua organização já habituou a CMO a uma apresentação com qualidade, tanto ao nível do orçamento, do relatório de actividades, ou outros relatórios sectoriais como seja o da Segurança e Higiene no Trabalho. ----

-----Ainda recentemente, foram objecto de um prémio em “Excelência em Recursos Humanos”, sendo muito difícil em administração pública obter esse prémio.-----

-----Um organismo do Estado obter um prémio dessa natureza não era fácil, o que traduzia bem o ambiente que foi criado nos Serviços Municipalizados, onde os próprios funcionários se pronunciaram, mas para dizerem bem, o que revelavam que estavam satisfeitos, enquanto que o funcionário público só tem razão para dizer mal.-----

-----De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** que começou por concordar com o Senhor Presidente quando se referiu aos concursos públicos, tendo sido todos incrementados sobretudo por vontade política depois de dois mil e cinco. -----

-----Relativamente à crítica que fez sobre as campanhas de sensibilização, considerou que eram as únicas que se deviam fazer, criticava que o Gabinete de Comunicação gastasse três milhões de euros na sua totalidade e às vezes até estava espalhado por outros departamentos a imputação de custos, por isso, na sua opinião, não poderá ser só para várias campanhas de sensibilização, sendo essa questão que criticou e mantém a crítica.-----

-----Acrescentou que, a administração dos SMAS deve de acompanhar paulatinamente, quase “on-line”, o registo das suas receitas, com vista à redução de custos, porque a cotização ao nível dos custos era de setenta e oito por cento e de setenta por cento ao nível da receita, o que quer dizer que terá que cortar em algum lado e não concorda que os SMAS vão aumentar a água, por essa razão terá que se fazer tudo ao nível da gestão e havia gestores com essa capacidade para



Câmara Municipal  
de Oeiras

fazerem essa redução de custos, à semelhança daquilo que se faz na Câmara, cortam-se custos, ou vão-se mantendo e se as receitas diminuïrem, terá que haver um ajustamento.-----

----- Quanto aos investimentos eles não afectam sobremaneira o resultado, uma vez que esses serão amortizados, razão pela qual não reflectem imediatamente na conta de resultados desse ano.- -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** observou que a redução de custos tinha o esforço do dia-a-dia, sendo o mesmo traduzido nos SMAS muito claramente.-----

----- De modo a esclarecer as questões colocadas pelos Senhores Vereadores, o **doutor Nuno Campilho** referiu que falou na redução da tarifa de ligação, mas também considera significativo a baixa na recolha das águas residuais em cerca de oito por cento e um aumento nas despesas relacionadas com a informática, Habitágua, etc.. -----

----- Sobre a questão colocada pelo Senhor Vereador Carlos Oliveira que os SMAS deviam de acompanhar “on-line” toda a execução da receita e da despesa para poder fazer os cortes necessários num acto de boa gestão, lembrou que as despesas que aumentam na área da informática não tinham nada que ver com essa situação, porque os SMAS estavam a criar constantemente procedimentos de “software” para poder conseguir fazer o acompanhamento do orçamento em tempo real, o que poderia significar um aumento na área da informática. -----

----- No que tange à Habitágua ela já estava reflectida no orçamento do ano anterior, os SMAS aumentaram essa despesa, mas reduziram do outro lado, porque a Habitágua neste momento estava a fazer as leituras dos SMAS, que era um peso no contrato existente com outra empresa. -- -----

----- Em relação à questão tarifária, realçou que em anos anteriores não houve aumento. --

----- Neste momento os SMAS estão a aplicar aquilo que a recomendação da Entidade Reguladora exige, estando também a reduzir a tarifa de conservação de esgotos a vinte por cento ao ano durante cinco anos, imputando a uma cota de disponibilidade de serviço na área do

saneamento, cumprindo integralmente o que diz a recomendação, estando a cumprir na íntegra o Decreto-Lei, acrescentando que os SMAS estão a ter um deficit no sector da água, isto é, a água dava prejuízo, colocando a questão até quando é que conseguirão não aumentar. -----

-----O **Senhor Presidente** argumentou que para satisfação do Senhor Vereador Carreiro Nunes os SMAS de Oeiras estão a cumprir finalmente à letra as recomendações da CDU, não aumentando a água, aumentando o investimento, não havendo distribuição pelos municípios. ----

-----No que toca às questões levantadas pelo Senhor Vereador Carreiro Nunes, nomeadamente sobre o resultado líquido, o **doutor Nuno Campilho** frisou que a redução de consumo devia-se ao facto das pessoas quererem pagar menos dinheiro, não havendo uma justificação imediata. -----

-----No caso das perdas de água falou na questão relacionada com a “decalage” existente entre aquilo que havia no esquema de facturação da EPAL. -----

-----A linha azul era o que a EPAL facturava, a amarela e a vermelha era o que existia na realidade. Esclareceu que essa situação não foi resolvida, correspondendo a cerca de um e meio por cento real de perdas a mais que não estavam a ser efectuadas. -----

-----Considerando a migração dos sistemas informáticos estarão mais meio ou um por cento, o que significa que as perdas deverão andar na ordem dos dezanove por cento, sendo esse o número com que se fechou o ano anterior, embora o número inicial tenha sido dezoito por cento, esperando ainda durante o ano em curso prestar uma informação real acerca dessa matéria.

-----Por fim, agradeceu ao Senhor Vereador Ricardo Lino pela referência feita não só ao não aumento da tarifa, mas também à questão dos dois prémios que os SMAS receberam recentemente. -----

-----Usando da palavra, o **Senhor Vereador Carreiro Nunes** disse que quando ouvia falar no aumento da água se arrepiava, porque as condições de vida da população já estavam tão degradadas, que aquela situação o preocupava, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que todos



Câmara Municipal  
de Oeiras

estavam, mas para dar água a todos tinha que se pagar a mesma, para não falir o sistema, acrescentando que a dada altura, por andarem sempre a falar que tinham pena disto e daquilo, é que chegaram ao estado em que estavam. -----

----- Todos criticavam qualquer Governo e quando detinham a responsabilidade de gestão, queriam fazer como o Governo, isto é, não queriam tomar medidas antipáticas, só queriam tomar as simpáticas. -----

----- Vai ser preciso aumentar a tarifa de resíduos sólidos urbanos, mas a Lei das Finanças Locais diz que as despesas que tenham a recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos urbanos devia ser paga pelo poluidor. -----

----- Acrescentou que em Oeiras tinha que ser o Orçamento do Município, ou seja, os impostos que, em vez de serem canalizados para a qualidade de vida das pessoas, serão usados para o tratamento de resíduos sólidos e então gastam dez milhões de euros, mas só tinham uma receita de dois milhões e meio. -----

----- A isso chama-se irresponsabilidade, achando que nenhum gestor na Câmara Municipal de Oeiras tinha autoridade para criticar qualquer Governo enquanto não fosse capaz de, naquilo que era da sua responsabilidade, tomar as medidas que devia tomar. O grande problema deste País era esse: era tudo treinadores de bancada, ou seja, todos governariam melhor se lá estivessem, mas quando estavam só faziam disparates. -----

----- Para si aquele regime estava falido. Às vezes ficava perplexo por ouvir políticos responsáveis a dizer que era preciso fazer isto e aquilo, era preciso alterar o sistema eleitoral, era preciso criar círculos uninominais para aproximar os deputados dos eleitores, era preciso fazer uma reforma qualquer no sentido de verificar se tinham um sistema presidencialista ou semi-presidencialista, se fazia sentido que o Presidente da República fosse eleito por sufrágio universal, ou na Assembleia da República. -----

----- Era preciso reformar as direcções regionais e administrações regionais, etc.. -----

-----Era preciso extinguir municípios e freguesias, havendo uma quantidade delas que não faziam sentido nenhum.-----

-----Havia concelhos que também não faziam sentido; era necessário criar massa crítica e esta altura era o ideal. Se não aproveitarem isso para o fazer, o que vai acontecer é que virá dinheiro, mas daqui a dois ou três anos estará tudo na mesma e depois, passava a ser o paraíso do Partido Comunista que, através da CGTP, promovia manifestações, só que desta vez, pessoalmente, também iria participar nelas. -----

-----Intervindo, o **doutor Nuno Campilho** agradeceu a atenção e desejou uma Feliz Páscoa a todo o Executivo. -----

----- III – A Câmara, por maioria, com abstenção do Senhor Vereador Carreiro Nunes, deliberou aprovar o proposto. -----

-----O **Senhor Vereador Carreiro Nunes** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Em primeiro lugar, a CDU sublinha a qualidade do documento que nos foi presente para apreciação. Mais uma vez, esta palavra de apreço significa o reconhecimento pelo trabalho de uma organização, dum colectivo de trabalhadores que contribuem para que se atinjam estes resultados.- -----

-----Em segundo lugar, a CDU irá abster-se na aprovação deste Relatório e Conta, tendo por base os comentários e a posição assumida durante a discussão das GOP para dois mil e dez. -

-----Fundamentalmente, a discrepância centra-se entre o valor do produto comprado e o valor facturado: são as alcavalas, sobre o preço da água, que oneram a factura dos consumidores, aspecto que nós consideramos negativo e inconcebível.”-----

-----Intervindo, o **Senhor Presidente** observou que esse foi o grande erro, na interpretação da CDU, porque uma coisa era a compra da água e a facturação da água e a CDU faz as contas como se os SMAS só facturassem água e não tivessem outra facturação. A diferença da facturação não tinha a ver com a água, tinha a ver com os outros serviços prestados



Câmara Municipal  
de Oeiras

pelos SMAS.-----

----- No uso da palavra, o **Senhor Vereador Carreiro Nunes** disse que ambos já se conheciam há muitos anos e tinham posições políticas distintas. De qualquer modo, sempre houve um respeito mútuo relativamente à defesa daquilo que cada um tinha para com um problema político ou autárquico.-----

----- Usando da palavra, o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** fez a seguinte declaração de voto: --- -----

----- “Nós votamos favoravelmente, naturalmente porque aprovamos o Orçamento que resultou destas Contas, mas fazemos ênfase na nossa sugestão e reserva para o Orçamento de dois mil e onze que está a decorrer, ou seja, para as Contas que vão ser apresentadas, para que haja a redução efectiva ao nível dos custos.-----

----- Fazemos efectivamente essa recomendação para que haja um controle sobre os custos para tentarmos o mais que for possível não aumentar a factura ao consumidor final e, portanto, é nesse sentido que votamos favoravelmente, com a noção de que a responsabilidade do Conselho de Administração dos SMAS terá em atenção isso no exercício que decorre.”-----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

**3 - PROPOSTA Nº. 279/11 – GP - RELATÓRIO E CONTAS 2010, DA PARQUES TEJO - E.E.M.”: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Primeiro - Introdução: -----

----- Um - A “Parques Tejo – Parques de Oeiras, E.E.M.” remeteu à Câmara

Municipal, nos termos do disposto nos artigos décimo sétimo, número um, alínea d) e vigésimo oitavo, dos estatutos da empresa, da alínea c), do número um e número cinco, do artigo quinquagésimo terceiro, da LAL e, ainda, dos artigos vigésimo sétimo, alínea c) e trigésimo nono, da Lei cinquenta e três-F, de dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro o Relatório e Contas do Exercício de dois mil e dez, para aprovação por parte do accionista único.-----

-----Dois - Os documentos enviados incluem: -----

-----Plano de Investimentos -----

----- Recursos Humanos -----

----- Indicadores de Gestão-----

----- Análise e Aplicação de Resultados-----

----- Demonstração de Resultados-----

----- Balanço-----

----- Anexo ao balanço e à Demonstração de Resultados-----

----- Demonstração de Fluxos de Caixa -----

----- Demonstração das Alterações no Capital Próprio-----

----- Certificação Legal de Contas-----

----- Relatório e Parecer do Fiscal Único.-----

-----Segundo - Análise: -----

-----Dos documentos enviados, extraem-se os seguintes elementos:-----

----- - Os resultados obtidos ocorrem num ano marcado por uma conjuntura económica extremamente adversa, agravada pelo aumento da taxa do IVA em um por cento, ocorrido no segundo semestre de dois mil e dez, que não sendo reflectido nos preços praticados pela Parques Tejo, condicionou negativamente as receitas desse período. -----

----- - Na continuação dos trabalhos de desenvolvimento, realizados em finais de dois mil e nove, para equipar a fiscalização com um novo equipamento (PDA's) e dotar a empresa de um



Câmara Municipal  
de Oeiras

novo software de gestão de fiscalização, foi o mesmo, implementado em dois mil e dez. Hoje, a Parques Tejo, encontra-se ao nível da fiscalização, apetrechada com os meios mais sofisticados de controlo e fiscalização existentes no mercado.-----

----- - Em termos de gastos, independentemente da inflação verificada, conseguiu-se uma ligeira redução de um vírgula três por cento.-----

----- - Em dois mil e dez foi obtido o protocolo com a ANSR sobre contra-ordenações electrónicas, este irá permitir a elaboração de modo electrónico das contra-ordenações, pelas equipas de fiscais na rua, passando as mesmas a ter a “entidade” e “referência”, da Parques Tejo, transferindo, a P.T., as importâncias devidas ao Estado e à ANSR, posteriormente, o que não acontecia até tal data;-----

----- - Em dois mil e dez a Parques Tejo, incrementou o seu activo em vinte e dois por cento, resultando num capital próprio de dois milhões quatrocentos e vinte e cinco mil seiscientos e sessenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos, ou seja num incremento de vinte e nove vírgula um por cento, quando o seu capital estatutário se mantém em novecentos e cinquenta mil euros.-----

----- - O passivo total manteve-se sensivelmente igual ao ano anterior. -----

----- - Por outro lado, aumentou os seus resultados antes de impostos em trinta e oito por cento, comparativamente com dois mil e nove e aumentou trinta e oito vírgula um por cento em relação ao orçamentado.-----

----- - Os rácios obtidos e que identificam uma empresa estável e saudável, são os seguintes: - -----

----- -Liquidez Geral - quatro vírgula trinta e quatro. -----

----- -Autonomia Financeira - oitenta vírgula dois por cento-----

----- -Solvabilidade - quatro vírgula zero cinco. -----

----- Terceiro - Fundamentação Legal e/ou Regulamentar:-----

-----A aprovação do Relatório e Contas de dois mil e dez em análise por parte do Executivo Camarário encontra a sua base jurídica conformadora nos termos do disposto nos artigos décimo sétimo, número um, alínea d) e vigésimo oitavo, dos estatutos da empresa, da alínea c), do número um e número cinco, do artigo quinquagésimo terceiro, da LAL e, ainda, dos artigos vigésimo sétimo, alínea c) e trigésimo nono, da Lei cinquenta e três-F, de dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro.-----

-----Quarto – Proposta:-----

-----Nesta conformidade, proponho ao Executivo Camarário que delibere: -----

-----Um - Aprovar, nos termos do disposto no artigo vigésimo oitavo, dos Estatutos da Empresa e para os efeitos do disposto na alínea c), do artigo vigésimo sétimo, da Lei cinquenta e três-F, de dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, o Relatório e Contas de dois mil e dez; --

-----Dois - Remeter à Assembleia Municipal de Oeiras, nos termos do estabelecido na alínea c), do número um, do artigo quinquagésimo terceiro, da LAL (Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro), a presente proposta de deliberação e de todos os documentos à mesma anexos, para conhecimento, no âmbito das respectivas competências em matéria de acompanhamento e fiscalização da actividade das empresas municipais.” -----

-----II - Usando da palavra, o **doutor Luís Roldão** disse que ia apresentar uma síntese do Relatório e Contas da Parques Tejo dois mil e dez, em termos da actividade, gastos e rendimentos, resultados, balanço, indicadores financeiros e destaques. -----

-----Relativamente à actividade, referiu que a fiscalização foi equipada com novos equipamentos PDA's, em conjunto com o novo software de gestão da fiscalização, ficando aquela área apetrechada com os meios mais sofisticados de controlo e fiscalização existentes no mercado. Entretanto, foi realizado o protocolo com a ANSR para a implementação das contra-ordenações electrónicas, estando actualmente a ser desenvolvido o software para a respectiva



Câmara Municipal  
de Oeiras

aplicação. - .....

----- Em termos da actividade, observou que tinha sido constituído o direito de superfície para a construção do parque de estacionamento da Avenida da República, em Algés e efectuou-se o lançamento do concurso público para a realização do projecto do Parque da Pirâmide, em Linda-a-Velha, tendo tido oportunidade de o mostrar numa reunião de Câmara. ....

----- Prosseguindo, observou que dentro dessa actividade, a Parques Tejo já tinha absorvido os aumentos anteriores de IVA e absorveu novamente o incremento de um por cento. De qualquer forma, os resultados acabaram por ser favoráveis. Os gastos de dois mil e dez foram inferiores em um ponto três por cento em relação a dois mil e nove e sete ponto oito por cento comparado com o que estava em Orçamento. ....

----- Quanto aos rendimentos de dois mil e dez, foram superiores em três e meio por cento em relação aos de dois mil e nove e inferiores em cinco ponto três por cento comparado com o Orçamento, ou seja, estimou-se um pouco mais o rendimento daquilo que foi possível conseguir.

----- O resultado operacional, em dois mil e dez, ascendeu a duzentos e vinte e sete mil euros, superior a dois mil e nove em quarenta e um ponto oito por cento e em relação ao orçamentado em quarenta e cinco ponto sete por cento. ....

----- Quanto ao resultado líquido, ele ascendeu a cento e sessenta e seis mil euros, superior a dois mil e nove em trinta e cinco ponto seis por cento e em relação ao orçamentado em trinta e cinco ponto dois por cento. ....

----- Em termos de balanço, o activo da empresa aumentou vinte e dois por cento em relação a dois mil e nove, fixando-se em três milhões e vinte e quatro mil euros. ....

----- Os montantes registados em caixa e depósitos bancários apresentaram um aumento em relação a dois mil e nove de trinta e dois por cento, fixando-se no montante de um milhão quinhentos e trinta e oito mil euros em dois mil e dez. ....

----- Já o capital próprio ascendeu a dois milhões quatrocentos e vinte e cinco mil euros, a

que correspondeu um aumento de vinte e nove ponto um por cento em relação ao ano transacto. -

-----O passivo manteve-se sensivelmente nos mesmos números dos anos anteriores. -----

-----Em termos de resumo de desempenho financeiro, referiu um quadro que apresentava um rácio em termos de volume de negócios de mais quatro por cento, um incremento na liquidez geral de cinquenta e quatro por cento, um incremento na autonomia financeira de seis por cento e um incremento na solvabilidade de vinte e nove por cento. -----

-----O único rácio ligeiramente negativo foi o volume de negócios por trabalhador que baixou três por cento.-----

-----Em seguida, destacou que a evolução económica da empresa, no que respeitava aos rendimentos, a qual tinha sofrido uma melhoria relativamente ao ano anterior, como comprovavam os rendimentos de exploração que tinham aumentado quatro ponto dois por cento, ou seja, oitenta e nove mil euros, embora apresentasse um desvio de menos seis ponto dois por cento, ou seja, menos cento e quarenta e seis mil euros em relação ao Orçamento, atingindo o montante de dois milhões duzentos e quinze mil euros. -----

-----A variação positiva de quarenta e três mil euros verificada nos resultados líquidos relativamente a dois mil e nove foi devida essencialmente à variação dos rendimentos, mais três e meio por cento e à variação positiva no mesmo valor, relativamente ao Orçamento, ficava a dever-se especialmente ao desvio favorável dos gastos no valor aproximado de duzentos mil euros, ou seja, menos dez por cento, apesar dos rendimentos terem sido inferiores ao previsto em cento e vinte e quatro mil euros.-----

-----Intervindo, o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** agradeceu ao Senhor Presidente da Parques Tejo pela sintética apresentação, realçando que era possível apresentá-lo com grande qualidade em termos digitais, pelo que agradeceu essa evolução, uma vez que no passado não conseguiam ler os relatórios dessa empresa.-----

-----Relativamente ao que foi apresentado como actividade da Parques Tejo, assinalou



Câmara Municipal  
de Oeiras

ter-se conseguido alcançar o acordo com a ANSR, pois acha ser muito importante, sobretudo para o “cash flow” da empresa. -----

----- Em seguida, observou que gostaria que o doutor Luís Roldão comentasse o aumento nos bloqueios de trinta e sete por cento e, quanto aos custos de pessoal, porque uma vez referia que aumentava onze por cento, noutras que se aumentava menos, gostaria de saber qual a verdadeira razão desse aumento, porque incrementava o número de trabalhadores, mas também saíam alguns.-----

----- Continuando, assinalou o esforço da redução dos custos em FSE em sete ponto um por cento, tendo havido uma evolução do registo de prestação de contas do primeiro semestre. ---

----- Naquela altura pensava que a empresa iria ter um resultado negativo, tendo acabado por recuperar no segundo semestre. -----

----- Mesmo assim gostaria que fosse explicado, sobretudo na rubrica outros gastos e perdas, porque havia um diferencial de dois mil e dez para dois mil e nove de cerca de oitenta e um mil euros, valor que efectivamente catapultava os resultados da empresa. -----

----- Prosseguindo, referiu que a questão mais complicada para si se prendia com o ponto nove ponto um das ênfases da Certificação Legal de Contas, onde o Revisor Oficial de Contas levantou uma questão que o Executivo já discutiu a grosso modo e que tinha muita dificuldade em “engolir” da forma como está, ou seja, ele acabava por dizer que estava a ser cometida uma ilegalidade ao não valorizar os terrenos, pelo menos, pelo montante em que eles saíram do património da Câmara Municipal, apesar de terem saído a custo zero, mas terá que haver a valorização do património, estando a falar do terreno da Avenida da República, em Algés. -----

----- Já tinham falado que isso iria gerar uma mais valia se fosse registado como devia que, por sua vez, faria pagar IRC. -----

----- Mas, da forma como estava explanado, tinha muita dificuldade em votar favoravelmente aquele relatório. Percebeu a questão, mas, legalmente, o Revisor Oficial de

Contas estava a dizer que a Câmara estava a cometer uma ilegalidade e, a não ser que houvesse um suporte legal para que o Executivo pudesse votar aquela situação, naquelas circunstâncias, tinha alguma dificuldade.-----

-----No uso da palavra, a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** congratulou-se com a diferença daquilo que foi a execução semestral do ano anterior, onde tinha tido algumas preocupações.-----

-----Continuando, disse ter achado interessante e muito positiva a questão relativa aos veículos abandonados, por ter sido feito o protocolo com o Ministério da Justiça, nomeadamente com o ITIJ, para poderem ter acesso à base de dados do registo automóvel o que de facto transformava a relação entre o Poder Local e o Poder Central numa questão de serviço ao cidadão que fazia muito sentido.-----

-----Continuando, referiu que verificou um aumento bastante importante do número de contra-ordenações, mais de cinquenta por cento, relativamente ao ano anterior e apesar disso corresponder a actos já praticados, gostaria de saber o que significava, ou seja, como se tinha um aumento tão expressivo do número de contra-ordenações.-----

-----Em seguida, observou que no contexto dos indicadores de gestão se verificava um aumento de custos de pessoal na ordem dos onze por cento, mas depois o volume de negócios por trabalhador tinha descido três por cento, apesar de na componente mais integrada de FSE ter havido uma redução. Mas essa triangulação entre aquilo que era o custo de pessoal, que tinha aumentado, a questão de baixa rendibilidade do volume de negócios feita pelos trabalhadores e apesar de haver um decréscimo dos gastos com pessoal na ordem dos sete vírgula três por cento, não conseguia entender como era possível aquele “trade-off”, ou seja, como se tinha por um lado maior custo de pessoal, menor gasto de pessoal e menor volume de negócios por trabalhador. ----

-----Por último, disse que no âmbito das receitas havia um decréscimo na ordem dos cinco vírgula três por cento e esse decréscimo correspondia à questão relativa aos parques e aos



Câmara Municipal  
de Oeiras

parquímetros, onde só havia duas exceções, aliás, bastante fortes, até do ponto de vista de volume (cento e vinte e seis por cento num caso e no outro com valores também bastante elevados) que era o Parque da Ribeira de Algés e o ParqM, os únicos que tinham de facto lucro, estando acima das expectativas dos restantes, pelo que gostaria de ouvir a explicação do doutor Luís Roldão sobre a questão do decréscimo de receita nesses parques.-----

----- Para além de tudo o que o Partido Socialista referiu, que o **Senhor Vereador Carreiro Nunes** disse estar em parte completamente de acordo, havia no entanto umas pequenas questões que faziam parte de uma declaração de voto que iria apresentar.-----

----- Continuando, observou que naquele período, apenas tinham sido concluídos processos referentes a vinte e quatro viaturas abandonadas, o que representou uma diminuição de trinta e três por cento face a dois mil e nove, pelo que gostaria de saber o porquê, dado existirem tantas viaturas abandonadas.-----

----- Prosseguindo, disse que houve quinhentas e oitenta exposições/reclamações que tinham correspondido a um aumento de cinquenta e seis por cento, o que era bem significativo e deveria ter sido tomado em consideração.-----

----- Concluindo, disse que no Relatório e Parecer do Fiscal Único, no ponto seis, sobre a situação financeira, havia uma recomendação para que os depósitos a prazo fossem efectuados em bancos de primeira ordem e gostaria de saber o que era isso de bancos de primeira ordem. ----

----- Reportando-se às questões colocadas pelos Senhores Vereadores, o **doutor Luís Roldão** referiu-se ao direito de superfície que já vinha desde dois mil e oito, altura em que o Conselho de Administração e até ao momento, reitera uma posição diferente daquela que tem o Revisor Oficial de Contas.-----

----- Referiu que na altura foi levantada a questão pelo ROC e olhando para o Código do IRC, lembrou que ele não se pode ler pela norma do vinte e um que conjuga depois com uma outra em que coloca a interpretação jurídica num outro ponto. -----

-----De todo o modo, a administração da Parques Tejo na altura solicitou um parecer a um fiscalista, cuja opinião foi de que a Parques Tejo não deveria de pagar esse IRC para o incremento dos activos. -----

-----Posteriormente, foi também solicitado pela empresa um parecer a um TOC, que também foi favorável à opinião que a administração tinha. -----

-----Por fim, foi solicitado um outro parecer aos advogados da empresa que também foi favorável em relação à opinião da empresa, tendo sido transmitido ao ROC que valorizou as informações que tinha e desvalorizou as que a Parques Tejo tinha em seu poder. -----

-----Para procurar um desempate em relação a essa informação, entendeu que fosse pedido um parecer vinculativo à Direcção-geral das Contribuições e Impostos, parecer esse que até à presente data não foi dado. -----

-----Referiu que a questão, salvo melhor opinião, era jurídica, mas o Código diz que os valores devem de ser levados a activos, quando se tratam de empresas mercantis, o que não era o caso da Parques Tejo, tendo até procurado alertar o ROC que não estava dentro do cabimento de uma empresa mercantil, porque se o fosse era como se estivesse ilegal, ou seja, a própria empresa estaria ilegal, porque não se justificava estarem a levar activos e a pagar IRC, por algo que não sabia se se ia materializar ou não, como foi por exemplo, o caso da Tapada do Mocho que não se efectuou.-----

-----Podia acontecer que qualquer outro parque não se viesse a efectuar, o que queria dizer que a Lei era relativamente clara ao dizer que no caso concreto de empresas com a configuração e o regime jurídico da Parques Tejo, esse valor devia de ser levado aos activos no momento em que era construído o parque de estacionamento e não antes de ser construído o parque, sendo certo que não se podia alienar o direito de superfície, uma vez que ele podia ser revogado a todo o tempo, porque era algo que não se iria eternizar. -----

-----Frisou ainda, que ao longo de dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez o ROC



Câmara Municipal  
de Oeiras

manteve esse ponto de vista. -----

----- No entanto, pensa que se disponibilizar fundos de Tesouraria para pagar esse valor de IRC, quando um dia se tiver um, dois, três ou quatro terrenos ou talvez todos, não se irá ter o retorno desse mesmo activo, daí o Conselho de Administração assumir a responsabilidade de não colocar o modelo vinte e dois e levá-lo contabilisticamente em relação aos activos. -----

----- Acrescentou que, independentemente dos diálogos que tinham havido entre a Administração e o ROC, não se conseguiu encontrar o equilíbrio necessário para que essa situação não se retratasse de uma forma tão incita nessa informação, porque dava a sensação que era a administração que não queria imputar esse valor, quando ela tinha que zelar pelo interesse do accionista e no caso concreto até se muniu de três pareceres para manter a sua posição, no entanto, manter-se-á aberta a qualquer decisão que se tome sobre essa matéria. -----

----- Quanto à questão das receitas da fiscalização entre dois mil e nove/dois mil e dez, do número de contra-ordenações e do número de bloqueios, teve a oportunidade de mostrar anteriormente um quadro sobre as diferenças, ideias e evoluções desde dois mil e seis a dois mil e dez. -----

----- Em dois mil e nove houve toda uma série de circunstâncias que fizeram com que os valores baixassem significativamente, ou seja, o valor que a empresa tinha apontado em termos de resultado em dois mil e dez, quer em relação às contra-ordenações, quer em relação aos bloqueios eram os valores que já estavam plasmados em dois mil e oito e que já estavam em dois mil e sete, ou seja, não havia alterações significativas. -----

----- Salientou que dois mil e dez foi o ano que decorreu dentro da normalidade, talvez porque em termos de temporais não tivesse sido tão agressivo como dois mil e nove, o que significava que o valor ao voltar à normalidade a fiscalização estava a actuar dentro do normal da sua actividade. -----

----- No que tange às viaturas abandonadas eram aquelas que se iam encontrando nas

zonas onde a empresa tinha competência e que era uma pequena parte do Concelho de Oeiras, cabendo essa tarefa fundamentalmente à PSP e, eventualmente, à Polícia Municipal.-----

-----Em relação às variações de pessoal havia de facto a entrada e saída de pessoas, sendo que a diferença de três por cento em termos de produtividade, parece-lhe um valor bastante aceitável em termos da variação. -----

-----Acontece que, nesse conjunto de entrada de pessoas não havia grande diferença, era uma questão de escalonamento do tempo e uma determinada subida e descida da despesa, que acabou por se acentuar com a lei que implicou descida de vencimentos de cinco por cento em relação à administração, mas em dois mil e onze irá ser um pouco mais gravosa, porque irá afectar não só a administração como também alguns trabalhadores da empresa, sendo essa variação que deu a diferença dos três por cento. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que este ano a empresa procurou fazer a reavaliação do património da Parques Tejo, tendo sido avaliado abaixo daquilo que era o preço marcado, uma vez que procuraram no próprio mercado que fossem dados valores sobre o imobiliário, acrescentando que o último escritório foi adquirido pelo valor de mil e oitocentos euros o metro quadrado e foi avaliado em mil e trezentos euros o metro quadrado.-----

-----As variações de dois mil e nove e dois mil e dez, eram consequência na rubrica da mudança do sistema de normalização contabilística, porque havia determinados valores que iam para uma determinada conta e passaram a ir para outras contas com um valor menor, porque em dois mil e nove falou-se em cento e trinta mil euros e neste momento são quarenta e nove mil euros. -----

-----De seguida referiu-se à área das contra-ordenações, sendo naquela que se tinha procurado manter algum rigor com respeito à capacidade de resposta.-----

-----No que tocava às reclamações a empresa tinha procurado cumprir em tempo útil, tanto quanto possível, as respostas às reclamações, daí que houvesse um incremento do número



Câmara Municipal  
de Oeiras

das mesmas, alertando também para o facto da situação económica que se tem vindo a viver, fazer com que as pessoas continuem a procurar estacionar de forma irregular, mas depois não admitirem que sejam sancionadas, havendo aí uma ligeira mudança em termos do número de reclamações. -----

----- Atendendo a que dois mil e nove foi um ano baixo em termos de contra-ordenações, de bloqueios, etc., voltando à normalidade em dois mil e dez, julga que em dois mil e onze o valor será significativamente o mesmo em termos de contra-ordenações, reclamações e bloqueios. -----

----- Acrescentou que o bloqueio/reboque era pouco significativo no conjunto total dos bloqueios, já que era uma percentagem quase irrelevante, de modo que se pretende resolver o problema sem haver necessidade do reboque, até porque o reboque só dá prejuízo à Parques Tejo. -----

----- De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** reportando-se à questão que já tinha levantado sobre gastos e perdas, acrescentando que o diferencial significava resultados de sessenta e seis mil euros o que quer dizer que os resultados da Parques Tejo eram significativamente iguais aos de dois mil e nove. -----

----- Em dois mil e dez com a revalorização e avaliação falou-se dos mesmos resultados, visto que este ano foram duzentos e vinte e sete mil e os resultados no ano anterior foram cento e sessenta mil, agradecendo ao doutor Luís Roldão a justificação que deu sobre essa matéria. -----

----- Relativamente à outra situação mais complicada, não podia adivinhar que havia um parecer de um fiscalista, de um TOC, de advogados e que ainda havia um pedido de parecer à DGCI, documentos que não tinha em seu poder. -----

----- Se a Parques Tejo juntar todos esses pareceres, deve de o fazer em abono da sua defesa e o Executivo estará solidário com a administração da empresa, até que venha o parecer da DGCI. -----

-----De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** salientou que a Parques Tejo deve de remeter aos Senhores Vereadores cópia daqueles pareceres, o que significa que se poderá votar a proposta condicionalmente. -----

-----Referiu que já se reuniu com o ROC onde falaram sobre o IRC, relativamente ao direito de superfície, concordando inteiramente com a linha de defesa que o doutor Luís Roldão fez, porque caso contrário não fazia sentido o Município fazer direitos de superfície à Parques Tejo. -----

-----Pensa que fazia sentido passar o direito de superfície no momento em que era adjudicado o parque de estacionamento, por uma questão de aceleração processual para na altura da adjudicação fazer a transferência do direito de superfície, porque esse processo era moroso, uma vez que dependia da decisão da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

-----Seria de alguma forma um exagero considerar como admissível o pagamento de um imposto, que a não ser concretizado não irá ser revertido novamente para a Câmara, por isso, terá que se aguardar o parecer da DGCI.-----

-----A empresa estará de boa fé, se tiver que pagar, irá fazê-lo, argumentando o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** que o ROC contraria tudo isso e a sua opinião era expandida pela Direcção-Geral de Contribuições e Impostos, pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.-----

-----De seguida interveio o **doutor Luís Roldão** referindo que a Direcção-Geral de Impostos/Repartição de Finanças, dirá que se obtém o Imposto de Selo a pagar pelo valor do terreno, quando no direito de superfície a Câmara atribui o valor, existindo o método contabilístico que é encontrado através do valor que vai na escritura, mas haverá diferenças significativas, porque uma coisa é construir um parque de estacionamento na baixa de Algés e outra coisa é fazer um edifício de apartamentos para comercializar, são situações completamente diferentes, concluindo que esses diferendos a empresa mantém-nos com a Repartição de



Câmara Municipal  
de Oeiras

Finanças.-- -----

----- De seguida interveio o **Senhor Presidente** para dizer que uma coisa era a obrigatoriedade do pagamento, isto é, uma determinada situação estar coberta pela obrigação fiscal de ter que pagar o imposto, outra coisa era a dimensão em termos de avaliação, isto é, se o terreno vale “x ou y” isso será susceptível de contestação perante a administração fiscal. -----

----- A Câmara não se pode sujeitar a que as Finanças avaliem um terreno que era para parque de estacionamento por um valor por si determinado, quando o Município pode por razões de incentivo à construção de parques de estacionamento, até ceder gratuitamente o terreno autorizando o estacionamento. -----

----- Quando uma empresa vem com uma proposta de fazer mais estacionamento além do que está previsto inicialmente, não há limites para o índice de construção em termos de estacionamento, porque era uma necessidade e por essa razão será autorizado mais estacionamento. -----

----- Acrescentou ainda, que nas condições em que se faz a transferência do direito de superfície para a Parques Tejo, enquanto o parque de estacionamento não se construir, não se poderá pagar o imposto, era uma transferência incondicionada, porque se o parque de estacionamento não for feito num determinado prazo, reverte novamente para a Câmara, acrescentando que será a mesma coisa que os direitos de superfície que se fazem para construir um lar da Terceira Idade ou qualquer outra coisa, mas a ser assim poder-se-á estabelecer uma outra cláusula, dizendo que se no prazo de cinco anos não se iniciar a construção, o terreno reverterá para a Câmara porque esta pagará os impostos, concluindo que fica a situação esclarecida com a junção dos pareceres. -----

----- III - A Câmara, por maioria com voto contra do Senhor Vereador Carreiro Nunes, deliberou aprovar o proposto. -----

----- IV - O **Senhor Vereador** fez a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Para nós, CDU, a Parques Tejo deveria ter como objectivo prioritário analisar as necessidades de estacionamento, elaborando diagnósticos e planos estratégicos, para dar uma resposta efectiva às muitas questões que se colocam, neste campo, no Município de Oeiras. -----

-----Tendo realizado, em dois mil e dez, um Plano Estratégico, que ainda não foi aprovado na Câmara Municipal, dadas as análises divergentes que existem, parece-nos que a acção desta Empresa Municipal se tem reduzido à cobrança das verbas resultantes dos parquímetros, às contra-ordenações, aos bloqueios de viaturas e aos reboques das mesmas. -----

-----Assim, no Relatório agora em análise, registam-se vinte e um mil e setenta e quatro autos de contra-ordenações, que representam um aumento de cinquenta por cento em relação ao ano anterior. Foram efectuados oito mil seiscientos e setenta e cinco bloqueios, trinta e sete por cento de acréscimo em relação a dois mil e nove. E registaram-se mil e doze reboques, o que deu onze por cento de acréscimo. Neste período, apenas foram concluídos processos referentes a vinte e quatro viaturas abandonadas, o que representou uma diminuição de trinta e três por cento face a dois mil e nove. Ou seja, a Parques Tejo acha que estes processos das viaturas abandonadas não dão “lucros”. -----

-----Também se diz no Relatório, que foram apresentadas à Administração, quinhentas e oitenta exposições/reclamações, o que correspondeu a um aumento de cinquenta e seis por cento - o que é bem significativo e deverá ser tomado em consideração.-----

-----Relativamente ao Plano de Investimentos, tudo como anteriormente: nada em concreto foi realizado.-----

-----No ponto seis, do Relatório e Parecer do Fiscal Único – Situação Financeira -, este recomenda que os depósitos a prazo sejam em bancos de “primeira ordem”. O que é que isto quer dizer? Em que bancos é que a Parques Tejo tinha, ou tem, depósitos a prazo?-----

-----Por todas estas razões, e não correspondendo a acção da Parques Tejo, ao que em nosso entender deveriam ser os seus objectivos, a CDU vota contra este Relatório e Contas dois



Câmara Municipal  
de Oeiras

mil e dez.” -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Presidente** observou que o ROC era muito exigente. -- -----

----- Quanto à declaração de voto da CDU, referiu não saber se fazia uma crítica ou um elogio à Parques Tejo, contudo parece-lhe ser um elogio na medida em que refere a acção da fiscalização da Parques Tejo, com o aumento das contra-ordenações, de reboques, menos viaturas abandonadas etc., o que significa que foi mais eficaz do que nos anos anteriores. -----

----- Em relação às viaturas abandonadas era um sinal de que a prevenção dava resultado, havendo também menos munícipes a abandonar as viaturas no Concelho, até porque segundo a tradição a maior parte das viaturas abandonadas no Concelho não são de munícipes, são sim, de munícipes de outros concelhos que por norma abandonavam os seus carros no Concelho de Oeiras. --- -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

**4 - PROPOSTA N.º 290/11 – DMPGFP - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2010 DA CMO:** -----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Dando cumprimento ao determinado no número um, do artigo quadragésimo sétimo, da Lei número dois, de dois mil e sete, de quinze de Janeiro, em conjugação com o disposto na alínea j), do artigo sexagésimo oitavo, da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro, apresentam-se ao Órgão Executivo para aprovação, os documentos de prestação de contas da Autarquia relativos ao ano de dois mil e dez, nos termos do número dois, das

Considerações Técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas. -----

-----Nas demonstrações financeiras vão devidamente evidenciadas as verbas arrecadadas, as despesas realizadas e o resultado que transitou.-----

-----Os documentos de prestação de contas elencados no anexo primeiro, da Resolução número quatro, de dois mil e um, Segunda Secção do Tribunal de Contas, foram todos elaborados e são presentes à reunião encontrando-se devidamente arquivados e disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

-----Proposta:-----

-----Propõe-se o envio ao Órgão Deliberativo, nos termos da alínea e), do número dois, do artigo sexagésimo quarto, da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro.” ----

-----II - Relativamente a esta proposta o **Senhor Presidente** começou por dizer que no contexto em que se vive, de dificuldades, de diminuição substancial de receitas, apesar de tudo atingiu-se um grau de execução, que francamente ultrapassou as suas expectativas, sobretudo a partir de meados do ano de dois mil e dez, onde a taxa de realização foi de sessenta vírgula cinquenta e sete por cento.-----

-----Em relação ao IMI nota-se uma estabilidade desse Imposto com uma tendência para crescer, sendo o único que tem tendência. -----

-----Quanto ao IMT, o que estava previsto eram vinte e oito milhões trezentos e oitenta e dois mil euros e o realizado em dois mil e nove ultrapassou a própria previsão.-----

-----Em dois mil e dez passou-se para dezassete milhões, isto é, baixou-se de vinte e oito milhões oitocentos e setenta e oito mil euros, para dezassete milhões, estando-se a falar de onze milhões e duzentos mil euros, considerando que esse era um rombo significativo, que justificava a necessidade de cortes.-----

-----Em dois mil e sete a Derrama estava em dezoito milhões e em dois mil e nove



Câmara Municipal  
de Oeiras

relativa a dois mil e oito, em vinte milhões de euros, para passar em dois mil e dez para catorze milhões, o que significava que baixou seis milhões, o que quer dizer que dois mil e oito foi um bom ano na economia portuguesa, pelo menos em Oeiras, porque a receita da Derrama foi de vinte milhões cobrados em dois mil e nove, relativamente a dois mil e oito, o que quer dizer que a crise veio ao cimo em dois mil e nove. -----

----- Um outro sinal contraditório que demonstrava como as pessoas eram enganadas era o Imposto de Circulação que aumentou significativamente, subindo de sete milhões cento e trinta e três mil em dois mil e nove, para sete milhões oitocentos e dez mil, em dois mil e dez. Em dois mil e sete foram quatro milhões setecentos e três mil euros. -----

----- Referiu que, apesar de tudo, havia uma taxa de execução na despesa de cinquenta e nove vírgula trinta e três por cento, o que no contexto era muito importante. -----

----- Por outro lado, apesar de todas as dificuldades dois mil e dez foi um ano em que se melhorou a qualidade de vida dos cidadãos do Concelho, apesar de ter havido cortes, houve novos equipamentos que foram entregues e a desaceleração em termos de obra, irá ser sentida sobretudo no ano em curso. -----

----- Observou que, os relatórios que são presentes à Assembleia Municipal, são bem elucidativos das intervenções que foram feitas em dois mil e dez, ao nível dos equipamentos escolares em que mais dezassete edifícios escolares foram objecto de intervenções, assim como em diversos edifícios públicos, na área social, arrancaram dois novos equipamentos da terceira idade participados pela Câmara Municipal. -----

----- As áreas do desporto, as colectividades culturais, as instituições de solidariedade social foram áreas em que se manteve o mesmo nível de apoio. -----

----- Em relação à Misericórdia as participações atingiram um milhão de euros por ano, no que diz respeito às participações com pessoal dos infantários. Portanto, se se tivesse atingido setenta por cento de realização, teria sido extraordinário, contudo, conseguiu-se

ultrapassar a maioria dos municípios do País e conseguiu-se chegar aos sessenta por cento. -----

-----O ano de dois mil e onze irá ser mais difícil porque a receita do IMT irá baixar.-----

-----Em relação à Derrama havia uma grande incógnita, embora a Câmara já não seja apanhada tão desprevenida como o foi no ano passado, porque se começou a fazer cortes mais cedo, diminuindo-se substancialmente as obras, mas apesar de tudo conseguiu-se atingir um nível de execução que ultrapassou as suas expectativas iniciais. -----

-----Por fim, deu os parabéns e mostrou o seu reconhecimento à área financeira e a todos os serviços nela implicados, visto que esse era um exercício complicado pela elaboração desses dois documentos; aliás, julga que todo o Executivo tinha consciência do tempo que era utilizado no fecho das contas, felicitando mais uma vez os serviços pelo seu esforço. -----

-----De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador Ricardo Barros** que começou por dizer que a elaboração do documento implicava um grande esforço de todos os envolvidos, sobretudo os serviços da área financeira, cujo suporte era suposto serem as aplicações que tratavam dessas matérias. -----

-----Referiu que houve um conjunto de situações que já foram melhoradas, um conjunto de aspectos sobre os quais o ano passado houve muita dificuldade, mas que este ano já foram ultrapassados, não estando a dizer com isso que estava tudo perfeito, porque não estava, porque certamente haverá muito mais situações a melhorar para o próximo ano, porque muitos dos constrangimentos que existiram no ano passado para a elaboração do referido documento, este ano já não existiram, o que revela um progresso nessa matéria. -----

-----De seguida, observou que se poderá melhorar na racionalidade dos serviços, o que irá implicar conseguir fazer mais e melhor com o mesmo dinheiro. -----

-----Esse foi um exercício interessante que começou a ser efectuado em dois mil e dez e em dois mil e onze será levado a um extremo ainda maior, estando convencido que muita da despesa que havia, provavelmente, durante o exercício de dois mil e onze conseguirá diminuí-la.



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Há um conjunto de racionalizações que estão a ser feitas, tanto em termos de viaturas, como em termos de optimização do percurso e com a reorganização dos serviços, farão garantidamente com que se poupe prestando um melhor serviço, concluindo que considera a necessidade de contenção como uma oportunidade, entendendo que é isso que alguns serviços da Câmara Municipal estão a fazer.-----

----- De seguida usou da palavra o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** que começou por se juntar ao coro de elogios na elaboração do relatório, o qual exigiu muito trabalho e muita conjugação de esforços entre os serviços, nomeadamente, na área financeira e outros que lhe debitaram informação, reiterando mais uma vez os elogios a quem elaborou o relatório, com a clareza que por norma lhe era comum.-----

----- Quanto ao documento fez referência à redução da despesa corrente de oitenta e sete para setenta e nove milhões de euros, considerando que se conseguiu com o atempado ajuste de custos em relação ao que era a realidade na redução das receitas.-----

----- Acrescentou ainda, que também houve uma redução de despesas de capital de quarenta e dois para trinta e cinco milhões, tendo “aprendido” desde dois mil e cinco que tinha que se elogiar sempre o aumento das despesas de capital, de modo que elogiava agora também, porque tinha que ser feita alguma retracção, cingindo-se ao que era a realidade económica e sobre esse assunto não valia a pena estar-se com demagogias, valendo a pena estarem todos mais unidos possível, de maneira a que se tenha que enfrentar e debelar a crise actual, tendo como expectativa que ela não atinja de alguma maneira a camada mais jovem, tendo que se fazer algum esforço, o qual não será fácil.-----

----- No que tange à execução orçamental ela estava na casa dos sessenta por cento, estando abaixo daquilo que tinha sido o estilo da Câmara Municipal, percebendo o porquê, até porque foi feito um orçamento muito acima daquilo que era o normal, segundo crê foram cento e noventa e três milhões, que foi o valor mais alto dos últimos tempos, não se conseguindo prever

o impacto da crise porque ninguém era “bruxo”, nem os supostos macro-economistas que só acertavam depois de a crise estar instalada.-----

-----Na Câmara também se cometeu o erro, de ter um orçamento sobrelevado que não correspondeu à realidade.-----

-----No que tange ao IMI era um imposto que continuava a subir, apesar de a Câmara ter tido a sensatez de o ter vindo a diminuir, uma vez que esse já era um grande encargo nas famílias de Oeiras e do País inteiro, embora o Partido Socialista se tenha empenhado e apoiado o Executivo, no sentido de continuar a ajustar esse imposto que em muitos casos poderá ser muito penalizador para as famílias, sendo certo que ele era muito importante no Orçamento da Câmara Municipal, apelando também para que se pense no orçamento dos munícipes. -----

-----Em relação ao IMT observou que não foi uma surpresa pela negativa, porque quando o Orçamento foi elaborado já havia a noção de que a transacção imobiliária estava muito em baixo, embora se saiba que a orçamentação desses impostos não deriva de uma experiência perspectivada pela Câmara, ou seja, era um orçamento feito nos termos da lei como orçamentação aritmética, considerando que as câmaras são pessoas de bem e que a esse nível a legislação deveria de ser alterada, porque não se podia continuar a fazer orçamentação apenas por médias aritméticas, tendo também que haver dados macro-económicos, que possam produzir esses orçamentos com uma base mais realista. -----

-----No que diz respeito ao Imposto Único sobre Circulação ele foi alterado, sendo que a primeira prestação era mais elevada e no ano de dois mil e nove, houve um crescimento no último trimestre de vendas de automóveis. -----

-----Acrescentou ainda, que houve um decréscimo na despesa como já há pouco referiu de onze vírgula quarenta e quatro por cento, o que significava que houve uma atenção em relação à evolução. -----

-----Relativamente ao balanço perguntou o porquê do acréscimo ao imobilizado de doze



Câmara Municipal  
de Oeiras

por cento e nas insistências um acréscimo de quarenta e um por cento, assim como gostaria de saber o porquê de uma diferença tão grande e um aumento de dívidas de terceiros para dez por cento, cerca de dois milhões de euros. -----

----- Ainda sobre os resultados referenciou uma diminuição do passivo, considerando importante, apesar de se ter um passivo de cerca de oitenta milhões de euros. -----

----- A terminar, fez referência à média dos pagamentos terem passado de setenta e dois dias para noventa e dois dias, julgando que terá tendência a agravar-se no ano de dois mil e onze, sendo essa questão muito positiva na CMO, mas infelizmente, neste momento, está a andar para trás. -----

----- Intervindo, a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** deu uma palavra de agrado pela forma bastante clara e bem elaborada do relatório, que representava bem o trabalho de melhoria que todos os serviços administrativos da Câmara mostravam. -----

----- No entanto, gostaria de deixar quatro notas. A primeira, bastante mais lata, tinha a ver com a questão relativa ao endividamento. Apesar de, felizmente, a Câmara Municipal de Oeiras não ser uma das mais endividadas, gostaria de trazer à colação a questão das empresas municipais e a necessidade de se poder ter um momento em que se pudesse conversar um pouco mais profundamente e partilhar algumas ideias e sugestões importantes sobre o futuro dessas organizações. -----

----- O Partido Socialista tinha vindo, com alguma periodicidade, a referir esse ponto e não queria deixar passar a oportunidade para reiterar essa solicitação ao Senhor Presidente, para que o Executivo pudesse ter um momento de reflexão sobre as empresas municipais. -----

----- Relativamente ao segundo ponto, tinha a ver mais com aquilo que era o trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido pelos serviços da Câmara, nesse âmbito observou que, infelizmente, na reunião passada, não esteve presente quando o Senhor Vereador Ricardo Barros apresentou os dois novos projectos de atendimento integrado, com os balcões do urbanismo e de

atendimento genéricos e, nessa matéria, gostaria de fazer a ponte com a implementação do ERP.

-----Continuava a encontrar no relatório algumas indicações, das áreas mais financeiras, que ainda existia dificuldade da relação com as aplicações informáticas, a necessidade de maior articulação entre os serviços. Essa tinha sido uma das maiores dificuldades encontradas. -----

-----No documento de execução dos vários projectos, era importante referir que no contexto do “tableau de bord”, para a situação financeira, em dois mil e dez, só se conseguiu uma taxa de execução na ordem dos dez por cento, o que significava que na prática, ainda havia uma área extremamente importante, claramente associada ao controlo da receita, que também interessava bastante ver informatizada, mas que ainda não tinha essa componente.-----

-----Sabe que essas coisas não se fazem todas de uma vez e que esse projecto começou em dois mil sete, com alguns recuos e avanços, sendo agora o momento de avançar, mas basicamente era uma questão de crítica construtiva, no sentido de dizer que ainda faltava, de facto, integrar no contexto do ERP a visão mais lata dos próprios serviços da Câmara. -----

-----Desse ponto de vista, no contexto da execução das Grandes Opções do Plano, referiu que a situação financeira e a actualização ainda era feita de forma manual a partir das várias aplicações de AIRC, o que significava que ainda faltava a referida zona de integração dos serviços. --- -----

-----Mas também teve o grato prazer de ver uma aplicação que o Senhor Vereador Ricardo Barros lhe mostrou em primeira mão, sobre a criação do “dashbord” financeiro. -----

----- A questão que aí se colocava era que, do ponto de vista dos Vereadores não executivos da Câmara, estes tinham sempre muita dificuldade para fazer o acompanhamento da realidade financeira dos serviços, pelo que questionou para quando a disponibilização desse “BI” financeiro, para que pudessem fazer o acompanhamento em tempo real, do mesmo modo como os restantes Senhores Vereadores e o Senhor Presidente o podiam fazer, por forma a que algumas das questões e preocupações que tinham pudessem imediatamente ser resolvidas, pois pensava



Câmara Municipal  
de Oeiras

que esse modelo de transparência e de interligação com todos os vereadores da Câmara seria talvez um dos aspectos essenciais.-----

----- Da sua parte tinha sentido sempre alguma frustração quando lhes apareciam os balancetes trimestrais, pela forma como eles eram muito vagos, sendo mais de caixa e, naturalmente, faltava-lhe informação orçamental, pensando que quando se criar o “BI” financeiro, essa informação deveria ser também disponibilizada aos restantes Senhores Vereadores.-----

----- O Sistema de Informação Geográfica era a terceira questão que muito a preocupava. Continuava a encontrar ao longo do relatório menções díspares de SIG’s, ou seja, naquele momento tinha-se cem por cento implementado e cumprido o SIG da parte o urbanismo, continuando a ser desenvolvida a questão do SIG do planeamento, o “WebSIG”, o modelo mais integrado, tendo visto a dado passo, a criação de um modelo de metadados SIG para a integração do “Inspire” e depois ainda vinha um outro, o “ImoSIG”, que era o que ia ligar a componente patrimonial e de moradas, edifícios, etc., que aliás era uma área extremamente importante de inventariação interna e até de mais valias e, depois, na prática, tinha-se coisas que não estavam a ser cumpridas, provavelmente com algumas dificuldades, como era a questão da criação da bolsa de terrenos, no âmbito do licenciamento de novas operações urbanísticas, etc., continuando a encontrar aqueles “cogumelos”, em que não conseguia ainda perceber qual era a visão integrada do SIG e como já numa anterior reunião tiveram uma primeira menção sobre a criação do SIG global, inquiriu em que ponto isso se encontrava, porque a preocupava ver “disparar” algumas coisas que depois poderiam estar de uma forma mais integrada. -----

----- Uma nota que lhe pareceu bastante positiva, prendia-se com o processo de reengenharia do processo disciplinar, sobre o qual gostaria de saber um pouco mais. -----

----- Um pedido que também gostaria de deixar e que juntava a essa questão a propósito dos SIG’s, tinha a ver com o PDM e o PROTAML. -----

-----Para a discussão e acompanhamento seria extraordinariamente importante poderem ter acesso mais simplificado a muitos dos dados que já estavam ali apontados, desde estimativas demográficas, processos de acompanhamento do PDM e compatibilização do PDM da Câmara com o PROTAML, solicitando que essa informação também pudesse ser divulgada pelos restantes vereadores por forma a poderem ter uma participação mais construtiva e mais activa naquilo que eram as necessidades da Câmara Municipal. -----

-----O último ponto era uma questão que também gostava de deixar e tinha a ver com a questão da contratação pública. Este ano a Câmara Municipal fez à volta de quatrocentos e setenta e seis processos de aquisição, sendo que sessenta e dois por cento dessas aquisições, e estava a falar da Divisão de Contratação Pública que pressupunha incluir toda a contratação da Câmara, atalhando o **Senhor Vice-Presidente** que não tinha as empreitadas, só aquisição de serviços, volvendo a **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** que, nesse caso, já conseguia ter resposta à sua pergunta, já que sessenta e dois por cento dessas aquisições tinham sido feitas por ajuste directo com convite a uma única entidade e, portanto, como pensava ser genérico, naturalmente aí preocupar-se-ia se tivessem as empreitadas incluídas. -----

-----De qualquer forma, deixava a sua questão, estando a falar de quatrocentos e setenta e seis processos de aquisição, onde seis por cento eram concursos públicos e os restantes por ajuste directo. -----

-----Novamente intervindo, o **Senhor Vereador Carlos Oliveira** disse ter saltado uma questão que gostaria de esclarecer sobre o balanço, que tinha a ver com as reservas de transferência de activos, na página trinta e dois, que subiam dois mil quatrocentos e sessenta e nove por cento, querendo apenas uma explicação para esse referencial, uma vez que em dois mil e nove se teve um milhão quatrocentos e dezassete mil e se passou para trinta e oito milhões novecentos e sessenta e um mil. -----

-----Usando da palavra, a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** salientou a apresentação



Câmara Municipal  
de Oeiras

do documento que, como já foi assinalado pelos vereadores que a precederam, lhe parece ter um fio condutor. -----

----- Prosseguindo, referiu que gostaria apenas de focar alguns pontos que passaria a assinalar por páginas. -----

----- Desse modo, observou que a página cinco dizia que a Câmara Municipal era constituída por onze membros, um Presidente e dez Vereadores e logo na página seguinte vinham doze vereadores, respondendo o **Senhor Presidente** que também contavam os vereadores substituídos. -----

----- Continuando, a **Senhora Vereadora Luísa Carrilho** referiu a página oitenta e seis, onde vinham assinalado o programa de apoio aos trabalhadores com problemas de adicção, sendo que foram apoiados noventa e, entretanto, diminuiu para vinte e seis, pelo que questionou se diminuiu o número de adictos, ou se os pacientes desistiram do tratamento, porque o texto não era claro.-- -----

----- Por outro lado, a página seguinte referia que era feito um apoio de terapia familiar aos trabalhadores da Câmara, sendo a sua questão se seria um técnico da Câmara Municipal que fazia esse apoio de terapia familiar, uma vez que as suas preocupações iam no sentido de que os técnicos da Câmara não poderiam fazer psicoterapia aos seus colegas e qualquer tipo de apoio de terapia familiar não podia ser feito desse modo, pensando por isso que poderia ser uma avença. --

----- Em seguida, na página oitenta e nove, no que dizia respeito à Divisão de Formação em relação ao Plano de Estágios, referia o acolhimento a trinta e oito estagiários oriundos de universidades, escolas secundárias e profissionais e gostaria de saber quantos eram das universidades.-----

----- Em seguida, na página noventa, observou que era referido o Programa de Igualdade de Género que, depois na página cento e quarenta e seis, podia ler que seriam apresentados resultados no primeiro trimestre, situação que a agradou, pois pareceu-lhe um programa bastante

importante. -----

-----Na página cento e vinte e um, quando abordada a situação do Observatório da Habitação, eram referidos perfis que estavam a ser registados no Observatório e a sua bancada gostaria de ter acesso a essa informação que lhes parecia muito interessante e um avanço em relação ao que anteriormente era feito. -----

-----Por outro lado, na página cento e vinte e quatro, também era referida uma caracterização dos candidatos activos e também gostariam de ter acesso à mesma, até por serem questões que tinham levantado ao longo do ano.-----

-----Terminando, observou que a página cento e oitenta e oito referia uma execução de zero por cento na elaboração do diagnóstico social e da criminalidade do Concelho e tinham pena que isso não tivesse sido feito, pois parecia-lhes importante, até porque hoje receberam um exemplar do relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e da leitura superficial que pôde fazer, uma vez que o documento lhes tinha sido dado na reunião, resultava que havia um agravamento de situações, pelo que lhe parecia importante que fosse executado algo sobre aquele diagnóstico social e da criminalidade do Concelho, assim como também lhe parecia importante que, na página cento e noventa e um – sistematizar e realizar audição dos clientes internos – um projecto que também estava proposto, tivesse avançado um pouco, pois parecia-lhes importante e tinha pena que assim não fosse.-----

----- O **Senhor Vereador Carreiro Nunes** começou a sua intervenção enaltecendo o documento em apreciação, porque estava um trabalho quase perfeito na apresentação por parte dos Serviços.-----

-----Prosseguindo, disse que na página trinta e sete referia que o limite do endividamento líquido da Câmara tinha vindo a ser reduzido, preocupando-o o SATU com quatro milhões setecentos e cinquenta e três mil novecentos e sessenta e sete euros, assim como a OeirasExpo, uma parceria público privada, com cinco milhões novecentos e oitenta e cinco mil euros. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Na página cinquenta e três, pensa que era uma questão de correcção, onde diz: "...a obra visível, o início da construção do Pavilhão Atlético Clube de Porto Salvo...", porque mais à frente na página dezanove a denominação estava correcta, porque não se trata de um pavilhão mas de um complexo desportivo.-----

----- No volume dois, na página trezentos e cinquenta e nove, noutras dívidas a terceiros os SMAS eram credores em um de Janeiro de um milhão duzentos e quarenta e um mil setecentos e sessenta e quatro euros e um cêntimo e em trinta e um de Dezembro aumentou para um milhão quatrocentos e sessenta e sete mil seiscentos e noventa e seis euros e cinquenta e um cêntimos, acrescentando que não bastava a Câmara ir buscar anualmente dez milhões de euros, sendo cinco milhões para cada Câmara, mas mesmo assim a dívida aos SMAS crescia.-----

----- Na página trezentos e sessenta e cinco refere como dívida a terceiros, à AMTRES, no dia um de Janeiro, o valor de novecentos e oitenta e três mil duzentos e vinte euros e sessenta e oito cêntimos, para um valor em trinta e um de Dezembro de dois milhões trezentos e quarenta e oito mil cento e vinte e dois euros, questionando o porquê de tal aumento.-----

----- O **Senhor Presidente** explicou que as dívidas variavam e no caso da AMTRES ora subia ora descia consoante os casos, estando em vias de serem pagos seiscentos mil euros relativos ao aumento do IVA, repartido pelos quatro municípios.-----

----- Em questão ao imobilizado focado pelo Senhor Vereador Carlos Oliveira em doze por cento, o mesmo tem a ver com melhorias no sistema, mas terá que haver ainda muitas melhorias, acrescentando que este ano quer ver os objectivos fixados aos dirigentes, na medida em que ao Chefe da Divisão de Gestão Patrimonial, quer ver fixado como objectivo a inventariação do imobiliário, que é uma área que se tem vindo a arrastar, quando deveria ser considerada prioritária.-----

----- Quanto às empresas municipais deverá realizar-se uma reunião para discussão das mesmas durante o mês de Maio.-----

-----Em relação ao ERP, ligando-o ao SIG, disse que não conseguia responder à questão colocada pela Senhora Vereadora Anabela Pedroso, sendo certo que o documento referia muitos utilizadores no SIG. -----

-----O Gabinete não teve essa denominação por acaso e, neste momento, já concentrava muita actividade, apesar de ainda ter que fazer despachos no sentido dos assuntos serem canalizados para aquele Gabinete.-----

-----Acrescentou que foram dados passos significativos, que foram cumpridos pelo Senhor Vereador Ricardo Barros, devendo ser marcada uma reunião para discutir a sua evolução.

-----A **Senhora Vereadora Anabela Pedroso** disse ter ficado muito impressionada com o BI financeiro, na medida em que estava muito bem feito, pensando que fazia todo o sentido que também houvesse uma apresentação sobre o assunto e a disponibilização de dados, atalhando o **Senhor Presidente** que com o BI financeiro, fazendo a consulta, será possível saber a execução diariamente.-----

-----Relativamente ao PDM lembrou que o mesmo levava sete anos para ser aprovado, acrescentando que em relação ao PROT teve muitas discussões na CCDR, porque era uma área que o atraía muito e, nesse sentido, a Câmara Municipal de Oeiras deu um grande contributo na metodologia seguida na sua discussão, visto que se não fosse a intervenção de Oeiras, como os restantes municípios andavam distraídos, deu azo a que houvesse uma oposição total por parte dos municípios quanto à metodologia que estava a ser seguida pela CCDR, tendo sido possível introduzir alterações significativas, embora continue muito pobre, porque é uma sobreposição de pareceres e de opiniões de equipas sectoriais que não se articularam uns com outros.-----

-----O **Senhor Vereador Ricardo Barros** disse que a expressão que parece irreal relacionada com o SIG, tinha a ver com o metadados, porque não se podia perder toda a informação SIG que existia em todos os Serviços. -----

-----Informou, de seguida que estava a ser construído pelo Gabinete SIG um modelo de



Câmara Municipal  
de Oeiras

metadados transversal à Câmara Municipal, mas para se conseguir ter alguma informação disponível, centralizada numa mesma cartografia, optou-se por, nalguma áreas, usar as bases de dados dispersas, ou seja, quando se usar uma base de dados, vai usar-se sobre aquele tema e não com a base de dados com que se vai trabalhar no futuro. -----

----- Para se poder ter uma leitura transversal, neste momento, será necessário usar vários modelos de bases de dados, para não se perder a informação, mas quando houver alterações para se fazer em SIG, as mesmas já estarão a ser feitas numa base de dados global, porém em termos de visualização e consulta, ainda se estava a ir buscar as bases soltas.-----

----- Como algumas dessas bases de dados não são compatíveis com o modelo metadados que se vai instalar no futuro, estão a ser usados como consulta e paulatinamente integrando e passando toda a informação dessas bases de dados para a tabela actual. -----

----- O **doutor Eduardo** (ROC) explicou que as reservas de transferências de activos são regularizações feitas no imobilizado, anteriores a dois mil e dez, provenientes das expropriações e cedência de terrenos.-----

----- O **Senhor Presidente** explicou que a demonstração feita pelo Município, prova que estava a ser feita uma gestão rigorosa, apesar de existirem situações que não se controlavam. -----

----- A receita em dois mil e dez foi de cento e dezassete milhões de euros e a despesa foi de cento e catorze milhões o que dava três milhões de euros a menos, o que significava que houve cautela, sendo certo que ainda não se pagou tudo, mas isso acontece todos os anos, no entanto, se a despesa ultrapassar em dez por cento a receita, não será significativo. -----

----- Assim, explicou que em dois mil e doze a dívida a terceiros, mas da parte da Câmara, será muito maior que este ano. -----

----- Em dois mil e doze não haverá menos investimento que em dois mil e onze, porque as obras estão em curso, no entanto, estão a ser travadas novas obras. -----

----- O concurso público do Passeio Marítimo já podia estar a decorrer, porque o projecto

estava pronto, assim como poderia estar a decorrer o projecto do Complexo Desportivo de Carnaxide, porque o processo também estava pronto, mas como a qualquer momento pode ser preciso avançar com o Centro de Saúde de Algés e com o Complexo Desportivo de Porto Salvo, não se pode arrancar com novas obras, concluindo que em dois mil e doze a Câmara Municipal estará com uma situação financeira melhor que a actual do ponto de vista da dívida.-----

-----Sobre o aumento das dívidas a terceiros e o prazo de pagamento que passou de setenta para noventa dias, compreende que para a Direcção Financeira seja cada vez mais difícil atender o pedido de quem bate à porta a pedir que se efectue um pagamento, apesar de ter havido alguns progressos nos últimos anos, mas decorrente da situação não sabe como se consegue, visto que há cem Câmaras que já estão a pagar para além de seis meses. -----

-----III - A Câmara, por maioria com voto contra do Senhor Vereador Carreiro Nunes, deliberou aprovar o proposto. -----

-----IV - O **Senhor Vereador Carreiro Nunes** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“A CDU considera que os documentos de prestação de contas de dois mil e dez estão tecnicamente bem elaborados, o que denota o empenho dos serviços, sobretudo, no que se refere à parte das Contas e Demonstrações Financeiras.-----

-----Dois mil e dez, foi o ano de mais baixa execução financeira, desde dois mil e sete, havendo reduções nas Receitas Correntes (sobretudo no IMT e na Derrama), mas sendo uma verdadeira catástrofe nas Receitas de Capital. Para um orçamento final das Receitas de Capital, da ordem dos cinquenta e oito vírgula oito milhões de euros, apenas se realizou cerca de um vírgula nove milhões, ou seja, de longe a menor execução dos últimos anos. Como a poupança corrente também foi das menores (apenas trinta e um vírgula nove milhões de euros), implicou menor investimento e redução dos limites de endividamento que a Câmara pode vir a negociar.--

-----As razões que têm levado a CDU a votar contra estes documentos são bem conhecidas, e coerentes as críticas que temos feito às propostas de Grandes Opções do Plano e



Câmara Municipal  
de Oeiras

dos Orçamentos a que os Relatórios e Contas se referem. No fundamental, temos criticado a falta de rigor e os empolamentos que se registam, sobretudo, nos orçamentos das Receitas de Capital.-

----- Analisando o Relatório e Contas, numa perspectiva de gestão por objectivos, o ano de dois mil e dez significou um enorme insucesso, o que se confirma analisando apenas quatro indicadores: dois de previsão e dois de resultados. Assim, no Orçamento para dois mil e dez, a Câmara apontou uma contenção no aumento das Receitas Correntes (mais zero vírgula setenta e nove por cento) e um aumento significativo nas Receitas de Capital (mais doze vírgula trinta e sete por cento). Porém, na Conta de Gerência, o executado revela uma redução de onze vírgula cinquenta e cinco por cento) nas Receitas Correntes e o descalabro de uma queda de cinquenta e cinco vírgula dezoito por cento) nas Receitas de Capital. Estes resultados, por si só, justificam, cabalmente, o voto contra com que a CDU aprecia os documentos Relatório e Conta de Gerência de dois mil e dez.” -----

----- Os documentos em causa, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro de Actas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de Agosto.-----

**5 - PROPOSTA Nº. 291/11 - DMPGFP - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO REFERENTE A 2010: -----**

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Nos termos do ponto dois ponto sete ponto três, das considerações técnicas do POCAL previsto no Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de dois de Fevereiro, submete-se a aprovação do Executivo a aplicação dos resultados apurados no ano de dois mil e dez face ao resultado positivo de doze milhões quatrocentos e quinze mil quatrocentos e quatro euros e oitenta e seis cêntimos e tendo ainda em consideração que o valor contabilístico

da conta cinquenta e um «Património» é superior a vinte por cento do Activo Líquido, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício: -----

-----Reserva Legal (conta quinhentos e setenta e um) - seiscentos e vinte mil setecentos e setenta euros e vinte e quatro cêntimos;-----

-----Resultados Transitados (conta cinquenta e nove) - três milhões novecentos e cinquenta e quatro mil oitenta e um euros e sessenta e oito cêntimos;-----

-----Reforço do Património (conta cinquenta e um) - sete milhões oitocentos e quarenta mil quinhentos e cinquenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos. -----

-----Proposta:-----

-----Submete-se a aprovação do Executivo:-----

-----O valor da conta cinquenta e nove – Resultados Transitados de anos anteriores e erros fundamentais correspondente a três milhões novecentos e cinquenta e quatro mil oitenta e um euros e sessenta e oito cêntimos seja integrado em Património – conta cinquenta e um do POCAL; --- -----

-----A presente proposta deverá ser aprovada pelo Órgão Deliberativo nos termos do dois ponto sete ponto três ponto um, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, POCAL, com as alterações que lhe foram introduzidas.”-----

-----II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. -----

**6 - PROPOSTA Nº. 300/11 - GP – HOMENAGEM A ANTIGOS AUTARCAS NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL:-----**

-----I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----- ~

-----“À semelhança dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Oeiras vai comemorar o aniversário do Vinte e Cinco de Abril, incluindo no programa das comemorações para este ano, uma sessão solene com homenagem a ex-autarcas do Concelho, no Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Pretende a Câmara Municipal de Oeiras homenagear, de forma simbólica, antigos Autarcas do Município que se distinguiram na acção que desenvolveram em prol das populações que serviram.-----

----- Assim, em reconhecimento dos bons serviços prestados pelos antigos Autarcas que, ao longo dos anos, deram o seu contributo ao desenvolvimento do nosso Concelho, propõe-se que a Câmara delibere homenagear os seguintes ex-autarcas:-----

----- -José Santana -----

----- -Hélder Pereira (título póstumo)-----

----- -Maria Teresa Nobre -----

----- -Eduardo Oliveira (título póstumo) -----

----- -José Riba Tâmega-----

----- -Eduarda de Matos Godinho -----

----- -Francisco Ferreira.”-----

----- II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto, em que se verificaram oito votos a favor e uma abstenção, foi a mesma aprovada por maioria.-----

**7 – PROPOSTA Nº. 301/11 – DMPGFP - EMPRÉSTIMO PARA INVESTIMENTO PARA AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO “ATRIUM”:**-----

----- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: -----

----- “Introdução: -----

----- Pela presente proposta, e na sequência do aprovado em reunião de dezanove de Janeiro de dois mil e onze, proposta número setenta e quatro, foram efectuadas consultas a diversas Instituições de Crédito com vista à obtenção de um empréstimo para Investimento aquisição do edifício “ATRIUM”, em Oeiras.-----

----- Dessa consulta só apresentaram propostas o Banco Dexia e o Santander Totta. As propostas apresentadas não reuniam as melhores condições, a primeira por só financiar a

cinquenta por cento e a segunda só financiava treze milhões de euros, e o “spread” apresentado era elevado. -----

-----Análise: -----

-----Nessa base a Câmara pretende financiar-se para efectuar a referida compra no montante de treze milhões e setecentos mil euros, em sete de Abril pela proposta número duzentos e oitenta e cinco, aprovada em treze de Abril, por unanimidade dos presentes, aprovou uma nova consulta ao mercado, onde está subjacente a justificação do empréstimo a contrair. ----

-----Para o efeito foram consultadas as seguintes Instituições de Crédito: -----

-----Caixa Geral de Depósitos -----

-----Banco Espírito Santo -----

-----Banco BPI, Sociedade Anónima -----

-----Banco Dexia-----

-----Banco Santander Totta-----

-----Barclays Bank. -----

-----Apresentou proposta o Banco Santander Totta, os demais agradecem a consulta e face às circunstâncias excepcionais do mercado não apresentaram proposta. -----

-----Aberta a proposta, apresenta uma proposta de financiamento até ao limite máximo de treze milhões e setecentos mil euros, para um prazo de vinte anos, com uma taxa de juro indexada à Euribor a seis meses, acrescida de um “spread” de quatro por cento, as prestações são mensais e postecipadas, não havendo período de carência.-----

-----A Câmara terá que pagar uma comissão de abertura e formalização no valor de zero vírgula dez por cento do valor total da operação de financiamento.-----

-----Garantias: As que decorrem da Lei.-----

-----Em caso de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida não haverá lugar a qualquer penalização.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Remete-se para o mapa de apreciação a simulação das prestações a pagar, que fazem parte integrante da proposta junta ao processo.-----

----- Fundamentação Legal:-----

----- Nos termos dos artigos trigésimo quinto, trigésimo sexto, trigésimo sétimo e os números quatro e seis, do artigo trigésimo oitavo, da Lei número dois, de dois mil e sete (das Finanças Locais), de quinze de Janeiro, regime de crédito dos municípios. Deverá ser submetida à Assembleia Municipal conjugados com os artigos segundo e sexto, do Decreto-Lei número duzentos e cinquenta e oito, de mil novecentos e setenta e nove, de vinte e oito de Julho, que aprovou a regulamentação do recurso ao crédito por parte das autarquias locais e do artigo quinquagésimo terceiro, número dois, alínea d), da Lei das Autarquias Locais aprovada pela Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco-A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

----- Proposta:-----

----- Submete-se à aprovação do Executivo:-----

----- a) As consultas efectuadas;-----

----- b) Autorização para contratação do empréstimo referido em epígrafe ao Banco Santander Totta pelo montante de treze milhões e setecentos mil euros, pelo prazo global até vinte anos.-----

----- c) Aprovação das cláusulas contratuais.-----

----- A presente proposta, deverá ser remetida à Assembleia Municipal, para aprovação daquele Órgão Deliberativo, devendo, posteriormente ser emitida certidão ou fotocópia autenticada da autorização, indicando o montante e finalidade.”-----

----- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

**8 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

----- Às catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião,

da qual foi lavrada a presente acta, que vai ser por si assinada e pela Directora Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional.-----

**O Presidente,**

**A Directora Municipal,**